

PROSPETO

OIC/FUNDO

Millennium Eurocarteira

Fundo de Investimento Aberto de Acções

08 de junho de 2015

A autorização do FUNDO pela CMVM baseia-se em critérios de legalidade, não envolvendo por parte desta qualquer garantia quanto à suficiência, à veracidade, à objetividade ou à atualidade da informação prestada pela entidade responsável pela gestão no regulamento de gestão, nem qualquer juízo sobre a qualidade dos valores que integram o património do FUNDO.

ÍNDICE

Parte I -	Regulamento de Gestão	3
Capítulo I -	Informações Gerais sobre o FUNDO, a Entidade Responsável pela Gestão e Outras Entidades	3
1.	O FUNDO	3
2.	A entidade responsável pela gestão	3
3.	As entidades subcontratadas	4
4.	O depositário	4
5.	As entidades comercializadoras	4
Capítulo II -	Política de Investimento do Património do FUNDO / Política de Rendimentos	5
1.	Política de investimento do FUNDO	5
2.	Instrumentos financeiros derivados, reportes e empréstimos	6
3.	Valorização dos ativos	7
4.	Exercício dos direitos de voto	8
5.	Taxa de encargos correntes	9
6.	Tabela de custos atual	9
7.	Comissões e encargos a suportar pelo FUNDO	9
8.	Política de distribuição de rendimentos	10
Capítulo III -	Unidades de Participação e Condições de Subscrição, Transferência e Resgate	10
1.	Caraterísticas gerais das unidades de participação	10
2.	Valor da unidade de participação	10
3.	Condições de subscrição e de resgate	10
4.	Condições de subscrição	11
5.	Condições de resgate	12
6.	Suspensão da emissão e do resgate das unidades de participação	11
7.	Admissão à negociação	11
Capítulo IV -	Direitos e Obrigações dos Participantes	12
Capítulo V -	Condições de Liquidação do FUNDO e de Suspensão da Emissão e Resgate de Unidades de Participação	13
1.	Liquidação do FUNDO	13
2.	Suspensão da emissão e do resgate das unidades de participação	13
Parte II -	Informação exigida nos termos do Anexo II, Esquema A, previsto no nº2 do artigo 158º do Regime Geral dos Fundos	14
Capítulo I -	Outras Informações sobre a Entidade Responsável pela Gestão e Outras Entidades	14
1.	Outras informações sobre a Entidade Responsável pela Gestão	14
2.	Consultores de investimento	15
3.	Auditor do FUNDO	15
4.	Autoridade de Supervisão do FUNDO	15
Capítulo II -	Divulgação de Informação	16
1.	Valor da unidade de participação	16
2.	Consulta da carteira	16
3.	Documentação	16
4.	Relatórios e contas	16
Capítulo III -	Evolução Histórica dos Resultados do FUNDO	16
Capítulo IV -	Perfil do Investidor a que se dirige o FUNDO	17
Capítulo V -	Regime Fiscal	18
1.	Tributação na esfera do FUNDO	18
2.	Tributação na esfera dos participantes	18
	Anexo - Fundos geridos pela entidade responsável pela gestão em 31 de março de 2015	20

Parte I

REGULAMENTO DE GESTÃO

Capítulo I

Informações Gerais sobre o FUNDO, a Entidade Responsável pela Gestão e Outras Entidades

1. O FUNDO

- a) A denominação do FUNDO é "Millennium Eurocarteira – Fundo de Investimento Aberto de Acções" e passa a designar-se abreviadamente neste Prospeto apenas por FUNDO.
- b) O FUNDO constitui-se como Fundo de Investimento de Acções, Aberto. A constituição do FUNDO foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, adiante designada abreviadamente, por CMVM, e efetivou-se em 19 de março de 1990 e tem duração indeterminada.
- c) O FUNDO iniciou a sua atividade em 19 de março de 1990.
- d) Em 31 de março de 2005 o FUNDO alterou a sua denominação de "AF Eurocarteira" para "Millennium Eurocarteira – Fundo de Investimento Aberto de Acções da União Europeia".
- e) A data da última atualização do prospeto foi em 08 de junho de 2015.
- f) O número de participantes do FUNDO em 31 de março de 2015 era de 4.696.

2. A entidade responsável pela gestão

- a) O FUNDO é administrado pela Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., com sede na Avenida da República, nº 25 – 5ªA, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº único de matrícula e identificação fiscal 502 151 889.
- b) A entidade responsável pela gestão é uma Sociedade Anónima, cujo capital social, inteiramente realizado, é de 1.000.000 Euros.
- c) A entidade responsável pela gestão constituiu-se em 14 de abril de 1989, iniciou a atividade em 1 de junho de 1989 e encontra-se registada, em julho de 1991, como intermediário financeiro na CMVM.
- d) São obrigações e funções da entidade responsável pela gestão, além de outras que lhe sejam cometidas pela lei, as seguintes:
 - Praticar os atos e operações necessários à boa concretização da política de investimento em especial:
 - i. Selecionar os ativos para integrar o FUNDO;
 - ii. Adquirir e alienar os ativos do FUNDO, cumprindo as formalidades necessárias para a válida e regular transmissão dos mesmos;
 - iii. Exercer os direitos relacionados com os ativos do FUNDO;
 - Administrar os ativos do FUNDO, em especial:
 - i. Prestar serviços jurídicos e de contabilidade necessários à gestão do FUNDO, sem prejuízo da legislação específica aplicável a estas atividades;
 - ii. Esclarecer e analisar as questões e reclamações dos participantes;
 - iii. Avaliar a carteira e determinar o valor das unidades de participação e emitir declarações fiscais;
 - iv. Cumprir e controlar a observância das normas aplicáveis, dos documentos constitutivos do FUNDO e dos contratos celebrados no âmbito da atividade do FUNDO;
 - v. Proceder ao registo dos participantes;
 - vi. Emitir, resgatar ou reembolsar unidades de participação;
 - vii. Efetuar os procedimentos de liquidação e compensação, incluindo enviar certificados;
 - viii. Conservar os documentos.
- e) Compete ainda à entidade responsável pela gestão os seguintes deveres da informação:
 - i. As contas do FUNDO encerram-se em 31 de dezembro de cada ano e serão publicadas no prazo de quatro meses seguintes a essa data;
 - ii. O FUNDO publicará as suas contas semestrais, referidas a 30 de junho de cada ano, nos dois meses seguintes a essa data.
 - iii. Os relatórios referidos nos pontos anteriores deverão estar à disposição do público na sede da entidade responsável pela gestão, no banco depositário e junto das entidades comercializadoras, podendo ser distribuídos sem quaisquer encargos aos participantes que os solicitem;
 - iv. Divulgar trimestralmente através do Sistema de Difusão de Informação da CMVM, até ao último dia do mês subsequente ao trimestre a que se refere, a discriminação dos valores que integram o

FUNDO, bem como o respetivo valor líquido global e o número de unidades de participação em circulação.

- f) A entidade responsável pela gestão e o depositário respondem solidariamente perante os participantes pelo cumprimento das obrigações contraídas nos termos da Lei e deste Prospeto.

3. Entidades Subcontratadas

A F&C Management Limited, empresa de investimentos sediada em Londres, e sujeita à supervisão das autoridades competentes do Reino Unido, designadamente a FCA, executará a Política de Investimentos do FUNDO, sob o controlo e de acordo com as instruções da entidade responsável pela gestão, no âmbito de um contrato aprovado pela CMVM, estando autorizada pelas autoridades competentes a prestar os serviços objeto desse contrato. O contrato existente não prejudica a responsabilidade da entidade responsável pela gestão perante os detentores das unidades de participação.

4. O depositário

- a) A entidade depositária dos valores mobiliários do FUNDO é o Banco Comercial Português, S.A., com sede na Praça D. João I, no Porto, e encontra-se registado, desde julho de 1991, na CMVM como intermediário financeiro.
- b) São obrigações e funções do depositário, além de outras previstas na lei ou neste Prospeto, as seguintes:
- i. Cumprir a lei, os regulamentos, os documentos constitutivos do FUNDO e o contrato celebrado no âmbito do FUNDO;
 - ii. Guardar os ativos do FUNDO;
 - iii. Receber em depósito ou inscrever em registo os ativos do FUNDO;
 - iv. Executar as instruções da entidade responsável pela gestão, salvo se forem contrários à lei, aos regulamentos ou aos documentos constitutivos;
 - v. Assegurar que nas operações relativas aos ativos que integram o FUNDO a contrapartida lhe é entregue nos prazos conformes à prática do mercado;
 - vi. Verificar a conformidade da situação e de todas as operações sobre os ativos do FUNDO com a lei, os regulamentos e os documentos constitutivos;
 - vii. Pagar aos participantes o valor do resgate, reembolso ou produto da liquidação;
 - viii. Elaborar e manter atualizada a relação cronológica de todas as operações realizadas para o FUNDO;
 - ix. Elaborar mensalmente o inventário discriminado dos valores à sua guarda e dos passivos do FUNDO;
 - x. Fiscalizar e garantir perante os participantes o cumprimento da lei, dos regulamentos e dos documentos constitutivos do FUNDO, designadamente em relação à política de investimentos, à aplicação dos rendimentos do FUNDO, ao cálculo do valor, à emissão, ao resgate, ao reembolso e cancelamento das unidades de participação bem como à matéria de conflito de interesses;
 - xi. Enviar anualmente à CMVM um relatório sobre a fiscalização desenvolvida, nos termos a definir em regulamento da CMVM;
 - xii. Informar imediatamente a entidade responsável pela gestão da alteração dos membros do órgão de administração.
- c) A substituição do depositário está sujeita a autorização da CMVM. As funções da anterior entidade depositária apenas cessarão quando a nova entidade depositária assumir funções.
- d) O depositário e a entidade responsável pela gestão respondem solidariamente perante os Participantes pelo cumprimento dos deveres legais e regulamentares aplicáveis e das obrigações decorrentes dos documentos constitutivos do FUNDO.

5. As entidades comercializadoras

- a) As entidades responsáveis pela colocação das unidades de participação do FUNDO junto dos Investidores são o Banco Comercial Português, S.A., com sede na Praça D. João I, n.º 28, no Porto, e o Banco ActivoBank, S.A., com sede na Rua Augusta, 84, em Lisboa;
- b) O FUNDO é comercializado em todas as sucursais do Millennium bcp e dos centros de atendimento do Banco ActivoBank, S.A., através do serviço da banca telefónica Millennium bcp (+351 707 502 424, +351 918 272 424, +351 935 222 424, +351 965 992 424) e da linha Activo (+351 707 500 700) para os clientes que tenham aderido a estes serviços e ainda através da Internet, nos sítios www.millenniumbcp.pt e www.activobank.pt para os clientes que tenham aderido a estes serviços.

Capítulo II

Política de Investimento do Património do FUNDO / Política de Rendimentos

1. Política de investimento do FUNDO

1.1. Política de investimentos

- a) O FUNDO procurará proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade a longo prazo que integre um prémio sobre os instrumentos de mercado monetário e que reflita aproximadamente a rentabilidade agregada dos mercados acionistas da União Europeia, Suíça e Noruega, através do investimento em ações maioritariamente europeias, numa perspetiva global, diversificada e tendencialmente proporcional às capitalizações bolsistas daquelas regiões.
- b) Para a realização desta política, o FUNDO investirá os seus capitais predominantemente em ações de empresas cotadas nos mercados regulamentados dos países da União Europeia (Frankfurt, Londres, Madrid, Paris, Milão), Suíça – Zurique, Noruega - Oslo e dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).
- c) O FUNDO não pode investir mais de 10% do seu valor líquido global em unidades de participação de organismos de investimento coletivo.
- d) O FUNDO deverá deter, em permanência, um mínimo de 80% do seu valor líquido global investido em ações.
- e) Para a gestão da liquidez necessária, o FUNDO poderá ainda ser acessoriamente constituído por numerário, depósitos bancários, aplicações nos mercados interbancários, certificados de depósito, títulos de dívida pública e obrigações de qualquer tipo na medida adequada para fazer face ao movimento normal de resgate das unidades de participação e a uma gestão eficiente do FUNDO, tendo em conta a sua política de investimentos.
- f) O FUNDO pode utilizar Instrumentos financeiros derivados para exposição adicional sem que da mesma resulte uma exposição ao ativo subjacente superior a 10% do seu valor líquido global. Pode ainda utilizar Instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos de preço de ações.

1.2. Mercados

- a) Na prossecução da sua política de investimentos, o FUNDO procederá, predominantemente, aos investimentos dos seus capitais em ações de empresas cotadas nos mercados regulamentados dos países da União Europeia e de alguns países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).
- b) O FUNDO poderá também integrar ações transacionadas em 2º mercado nacional.
- c) O FUNDO investirá ainda os seus capitais nos seguintes mercados de países da OCDE: Estados Unidos da América - New York Stock Exchange e American Stock Exchange, e também na Noruega - Oslo Stock Exchange e Suíça - Zurich Stock Exchange.

1.3. Benchmark (parâmetro de referência)

A política de investimentos definida para o FUNDO tem em consideração a composição do Índice FT Europe. Este índice que serve de referência para aferir da rentabilidade do FUNDO, integra as maiores empresas da Europa e é ponderado por países em percentagens que se aproximam das respetivas capitalizações relativas, em termos de mercados mundiais.

1.4. Política de execução de operações e de transmissão de ordens

- a) Na execução de operações sobre instrumentos financeiros por conta do FUNDO a entidade responsável pela gestão procurará obter a melhor execução possível, adotando todas as medidas razoáveis para aferir da mesma considerando o preço do instrumento financeiro, os custos de transação, os prazos e a probabilidade de execução e de liquidação ou qualquer outro fator relevante.
- b) Na determinação da importância relativa ou hierarquização dos fatores relevantes, a entidade responsável pela gestão terá em consideração os seguintes critérios: objetivos e características da operação, política de investimento e nível de risco do FUNDO, características dos instrumentos financeiros objeto da operação e características dos locais de execução da operação.
- c) A entidade responsável pela gestão, quando transmite as ordens a um intermediário financeiro, pondera os fatores e critérios acima definidos bem como a natureza do instrumento financeiro em causa, tendo como objetivo obter a melhor execução possível para o FUNDO.

- d) A política de execução de operações e de transmissão de ordens estará disponível para qualquer participante que a solicite.

1.5. Limites legais ao investimento

- a) O FUNDO não poderá investir mais de 10% do seu valor líquido global em valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário emitidos por uma mesma entidade, sem prejuízo do disposto nas alíneas seguintes.
- b) O conjunto dos valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário que, por emitente, representem mais de 5% do valor líquido global do FUNDO, não pode ultrapassar 40% deste valor.
- c) O limite referido na alínea anterior não é aplicável a depósitos e a transações sobre instrumentos financeiros derivados realizados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral quando a contraparte for uma instituição sujeita a supervisão prudencial.
- d) O limite referido em a) é elevado para 35% no caso de valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário emitidos ou garantidos por um Estado membro da União Europeia, pelas suas autoridades locais ou regionais, por um terceiro Estado ou por instituições internacionais de carácter público a que pertençam um ou mais Estados membros da União Europeia.
- e) O limite referido em a) é elevado para 25% no caso de obrigações, nomeadamente hipotecárias emitidas por uma instituição de crédito sediada num Estado membro da União Europeia.
- f) Das condições de emissão das obrigações referidas na alínea anterior tem de resultar, nomeadamente, que o valor por elas representado está garantido por ativos que cubram completamente, até ao vencimento das obrigações, os compromissos daí decorrentes e que sejam afetados por privilégio ao reembolso do capital e ao pagamento dos juros devidos em caso de incumprimento do emitente.
- g) Sem prejuízo do disposto em d) e e), o FUNDO não pode acumular um valor superior a 20% do seu valor líquido global em valores mobiliários, instrumentos do mercado monetário, depósitos e exposição a instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e sistema de negociação multilateral junto da mesma entidade.
- h) Os limites previstos em a) a e) não podem ser acumulados.
- i) Os valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário referidos em d) e e) não são considerados para aplicação do limite de 40% estabelecido em b).
- j) O FUNDO pode investir até 10% do seu valor líquido global em valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário diferentes dos referidos no nº1 do artigo 172º do DL 16/2015 de 24 de fevereiro.
- k) O FUNDO não pode investir mais de 20% do seu valor líquido global em valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário emitidos por entidades que se encontrem em relação de grupo.
- l) A entidade responsável pela gestão poderá contrair empréstimos por conta do FUNDO, inclusive junto do depositário, até ao limite de 10% do valor líquido global do FUNDO, desde que não ultrapasse os 120 dias, seguidos ou interpolados, num período de um ano.

1.6. Características especiais do FUNDO

- a) Trata-se dum FUNDO vocacionado para o investimento em ações pelo que encontra-se fundamentalmente exposto ao risco de preço.
- b) O FUNDO estará exposto a risco cambial, através do investimento em mercados externos à zona Euro.
- c) Poderá utilizar Instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos de preço de ações e para a gestão eficiente do FUNDO.

2. Instrumentos financeiros derivados, reportes e empréstimos

- a) O FUNDO pode recorrer, de acordo com a sua política de investimentos, à utilização de técnicas e instrumentos financeiros derivados, dentro das condições e limites definidos na política de investimentos, na lei e nos regulamentos da CMVM.
- b) O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado através de uma abordagem baseada nos compromissos nos termos previstos pela lei.
- c) A exposição global do FUNDO em instrumentos financeiros derivados não pode exceder o seu valor líquido global.
- d) Esta metodologia de cálculo corresponde ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- i. Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
 - ii. Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
 - iii. Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.
- e) São elegíveis como instrumentos financeiros derivados aqueles que se encontrem admitidos à cotação ou negociados num mercado regulamentado, com funcionamento regular reconhecido e aberto ao público de Estados membros da União Europeia ou de Estados terceiros desde que a escolha desse mercado seja prevista na lei ou aprovado pela CMVM.
- f) Poderão ainda ser utilizados instrumentos financeiros derivados transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral, desde que:
- i. os ativos subjacentes estejam previstos no DL 16/2015 de 24 de fevereiro como ativos de elevada liquidez ou sejam índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o FUNDO possa efetuar as suas aplicações nos termos dos documentos constitutivos;
 - ii. as contrapartes nas transações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial; e,
 - iii. os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do FUNDO.
- g) A exposição do FUNDO ao risco de contraparte numa transação de instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral não pode ser superior a:
- i. 10% do seu valor líquido global quando a contraparte for uma instituição de crédito com sede num Estado membro da União Europeia ou num Estado terceiro, desde que, neste caso, sujeita a normas prudenciais que a CMVM considere equivalentes às que constam da legislação comunitária;
 - ii. 5% do seu valor líquido global, nos restantes casos.
- h) A entidade responsável pela gestão não pretende, por conta do FUNDO, realizar quaisquer operações de empréstimo e reporte de títulos.
- i) Caso não seja possível ao FUNDO efetuar a avaliação do risco através da abordagem baseada nos compromissos, pode a entidade responsável pela gestão adotar uma abordagem diferente daquela, nomeadamente, a abordagem baseada no VaR.

3. Valorização dos ativos

3.1. Momento de referência da valorização

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do FUNDO pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do FUNDO é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será calculado às 22:00 horas de Portugal Continental sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código de Valores Mobiliários.

3.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

- a) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivados transacionadas para o FUNDO e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- b) A valorização dos valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo

- a mesma ser utilizada, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- c) Caso os instrumentos financeiros se encontrem negociados em mais do que um mercado, o valor a considerar na sua avaliação reflete o preço praticado no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela entidade responsável pela gestão.
 - d) Caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, são aplicados os preços resultantes da aplicação de critérios referidos na alínea f) mediante autorização da CMVM no que respeita a instrumentos financeiros não representativos de dívida.
 - e) Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:
 - i. Os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;
 - ii. A detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;
 - iii. Se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.
 - f) Os valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivados negociados em mercado regulamentado que não sejam transacionados nos 15 dias que antecedem a respetiva avaliação são equiparados a instrumentos financeiros não negociados em mercado regulamentado para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
 - g) A valorização de valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivados não negociados em mercados regulamentados será feita considerando toda a informação relevante sobre o emitente, as condições de mercado vigentes no momento de referência da avaliação e tendo em conta o justo valor desses instrumentos financeiros, independentes, utilizados e reconhecidos nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado. Para esse efeito, a entidade responsável pela gestão adota os seguintes critérios:
 - I. o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra difundidas através de entidades especializadas, desde que:
 - i) As entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código de Valores Mobiliários;
 - ii) As médias mencionadas não incluam valores resultantes de ofertas das entidades na subalínea anterior ou cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos;
 - II. modelos teóricos de avaliação, que a entidade responsável pela gestão considere mais apropriados atendendo às características dos instrumentos. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada;
 - h) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação nos termos do disposto na alínea e) supra.

4. Exercício dos direitos de voto

- a) Por política, a entidade responsável pela gestão participará nas assembleias gerais das sociedades, com sede em Portugal ou sedeadas no estrangeiro, nas quais detenha, considerando o conjunto dos fundos sob gestão, uma participação qualificada. Nas restantes situações, a participação dependerá da relevância dos pontos da agenda e da avaliação dos atos em que é chamada a participar.
- b) O sentido do direito de voto será aquele que, nas circunstâncias concretas e com a informação disponível, melhor defenda o interesse dos participantes.
- c) Não obstante, a entidade responsável pela gestão assume como regra que não exercerá os seus direitos de voto nem no sentido de apoiar a inclusão ou manutenção de cláusulas estatutárias de intransmissibilidade ou limitativas do direito de voto nem com o objetivo principal de reforçar a influência societária por parte de entidade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo.
- d) A assunção de posição diversa da regra será devidamente fundamentada em ata do Conselho de Administração da entidade responsável pela gestão.
- e) Relativamente à forma de exercício dos direitos de voto, a entidade responsável pela gestão optará em regra pelo seu exercício direto, fazendo-se representar por administrador ou por colaborador devidamente credenciado para o efeito, sendo, todavia, igualmente possível, o seu exercício indireto,

através de terceiro que venha a constituir como seu representante, o qual, podendo representar outras entidades, não pode contudo representar entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão. Em caso de exercício através de representante, este estará vinculado a votar de acordo com as instruções escritas emitidas pela administração da entidade responsável pela gestão.

- f) No caso de existência de subcontratação de funções relacionadas com a gestão dos organismos de investimento coletivo, o exercício dos direitos de voto será efetuado nos termos dos números anteriores.

5. Taxa de encargos correntes

Custos Imputados ao FUNDO em 2014	Valor (Eur)	%VLGF (1)
Comissão de Gestão	1.222.002,46	2,23
Comissão de Depósito	41.191,08	0,08
Taxa de Supervisão	8.586,03	0,02
Custos de Auditoria	10.455,00	0,02
Outros encargos correntes	1.527,58	0,00
Total	1.283.762,15	-
Taxa de Encargos Correntes (%VLGF)		2,35%

(1) Média Relativa ao período de referência

6. Tabela de custos atual

Custos imputáveis diretamente ao FUNDO		
Comissão de Gestão Fixa		2,225%/ano
Comissão de Depósito		0,0750%/ano
Taxa de Supervisão		0,0133%/mês
Custos imputáveis diretamente ao participante		
Comissão de Subscrição		0%
Comissão de Resgate (em função do prazo de investimento)	Até 90 dias	2%
	Entre 91 e 180 dias	1%
	Mais de 180 dias	0%

As comissões de resgate não se aplicam:

- aos resgates efetuados pelo Banco Comercial Português, S.A. ou pela F&C Portugal, Gestão de Patrimónios, S.A. para as carteiras com as quais têm celebrado contratos de gestão de carteiras;
- aos resgates efetuados pelos fundos geridos pela Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A..

7. Comissões e encargos a suportar pelo FUNDO

a) Comissão de gestão

Sem prejuízo de outros direitos que lhe sejam atribuídos pela lei ou por este Prospeto, a entidade responsável pela gestão tem direito a cobrar uma Comissão de Gestão de 2,225% ao ano, cobrada mensal e postecipadamente, calculada diariamente sobre o valor líquido global do FUNDO antes de comissões, a suportar pelo FUNDO e destinada a cobrir todas as despesas de gestão.

Entende-se por valor líquido global do FUNDO antes de comissões, o total das aplicações, mais os juros a receber, mais outros ativos e menos os empréstimos, os juros a pagar, as provisões para encargos e outros passivos;

b) Comissão de depósito

Sem prejuízo de outros direitos que lhe sejam atribuídos pela lei ou por este Prospeto, o depositário tem direito a cobrar do FUNDO pelos seus serviços, uma comissão, cobrada mensal e postecipadamente, de 0,0750% ao ano, calculada diariamente sobre o valor líquido global do FUNDO antes de comissões;

c) Outros encargos

Para além dos encargos de gestão e de depósito, o FUNDO suportará ainda todas as despesas decorrentes da compra e venda de títulos bem como as despesas e outros encargos documentados que hajam de ser feitos no cumprimento das obrigações legais.

Constituirão igualmente encargos do FUNDO a taxa mensal de supervisão de 0,0133‰ a pagar à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e os custos de auditoria obrigatórios.

A remuneração da entidade subcontratada será paga pela entidade responsável pela gestão, não sendo imputada nem ao FUNDO nem aos participantes.

8. Política de distribuição de rendimentos

Por se tratar de um FUNDO de capitalização, não haverá lugar à distribuição dos rendimentos provenientes dos proveitos líquidos das suas aplicações.

Capítulo III

Unidades de Participação e Condições de Subscrição, Transferência e Resgate

1. Características gerais das unidades de participação

1.1. Definição

O património do FUNDO é representado por partes, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores.

1.2. Forma de representação

As unidades de participação adotam a forma escritural podendo, porém, a entidade responsável pela gestão, em qualquer momento, optar pela sua representação em certificados nominativos ou ao portador, de acordo com o disposto no Código dos Valores Mobiliários.

Para efeitos de subscrição e resgate, as unidades de participação são fracionadas até quatro casas decimais.

2. Valor da unidade de participação

2.1. Valor inicial

Para efeitos de constituição do FUNDO, o valor da unidade de participação foi de 1.000\$00, ou equivalente em Euros.

2.2. Valor para efeitos de subscrição

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido e divulgado no dia seguinte, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

2.3. Valor para efeitos de resgate

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido e divulgado no dia seguinte, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido. Ao valor obtido será deduzida a respetiva comissão de resgate.

3. Condições de subscrição e de resgate

3.1. Períodos de subscrição e resgate

Subscrições e resgates do FUNDO através de quaisquer dos canais de comercialização do Banco Comercial Português, S.A. e do Banco ActivoBank, S.A. terão de ser efetuados até às 18:00 horas de Portugal Continental para efeitos do processamento da operação nesse dia. Todos os pedidos que derem entrada depois dessa hora, serão considerados como efetuados no dia útil seguinte a esse pedido.

3.2. Subscrições e resgates em espécie ou numerário

As subscrições e resgates são sempre efetuados em numerário.

4. Condições de subscrição

4.1. Mínimos de subscrição

A qualidade de Participante pode adquirir-se através de aplicação inicial única com o montante mínimo de 500 Euros, não havendo limites nas subscrições subsequentes, ou através da constituição de um Plano de Investimento, correspondente a uma ordem mensal permanente de subscrição de um montante fixo com valor mínimo de 50 Euros.

4.2. Comissões de subscrição

Não será cobrada qualquer comissão de subscrição.

4.3. Data de subscrição efetiva

- a) O valor da subscrição será debitado em conta junto da entidade comercializadora, no primeiro dia útil seguinte àquele em que é apresentado o pedido de subscrição.
- b) Para efeitos de subscrição através do Plano de Investimento, o valor de emissão de cada unidade de participação será efetuado da seguinte forma:
 - i. A base de cálculo e a subscrição efetiva será no 2º dia útil de cada mês;
 - ii. A alteração do montante ou o cancelamento do Plano podem ser solicitados pelo Cliente a qualquer momento;
- c) A emissão da unidade de participação só se realiza quando a importância correspondente ao preço da emissão seja integrada no ativo do FUNDO.

5. Condições de resgate

5.1. Comissões de resgate

- a) A entidade responsável pela gestão tem o direito de cobrar uma Comissão de Resgate, destinada a cobrir os custos do resgate, variável em função do prazo do investimento e nas percentagens a seguir discriminadas:

2.0% até 90 dias;
1.0% de 91 a 180 dias;
0.0% para mais de 180 dias.

A comissão de resgate incidirá sobre o valor das unidades de participação resgatadas e será deduzida no montante do resgate e suportada pelo Participante.

- b) Nos Planos de Investimento para efeitos de comissão de resgate cada investimento mensal será contabilizado como investimento individual, sendo que será cobrada comissão sobre o valor das unidades de participação que tiverem sido subscritas dentro do lapso de tempo previsto para aplicação da comissão de resgate.
- c) A seleção das unidades de participação objeto de resgate em função da antiguidade de subscrição utiliza como critério valorimétrico o FIFO. Perante este critério, as primeiras UP'S subscritas serão as primeiras UP'S a serem resgatadas, pelo que, no momento do resgate, serão consideradas em primeiro lugar, respetivamente, as UP'S, que pela sua antiguidade já não estão sujeitas a qualquer comissão de resgate. Em seguida, aquelas cuja comissão é menor e assim sucessivamente, defendendo desta forma o interesse do participante.
- d) As comissões de resgate não se aplicam:
 - i. aos resgates efetuados pelo Banco Comercial Português, S.A. ou pela F&C Portugal, Gestão de Patrimónios, S.A. para as carteiras com as quais têm celebrado contratos de gestão de carteira;
 - ii. aos resgates efetuados pelos fundos geridos pela Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A..
- e) O eventual aumento das comissões de resgate ou o agravamento das condições de cálculo das mesmas só se aplica às subscrições realizadas após a respetiva não oposição de tais alterações pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

5.2. Pré-aviso

A liquidação do pedido de resgate será efetuada pelo montante que corresponder ao valor calculado na primeira avaliação subsequente ao dia do pedido e o pagamento, por crédito em conta ao participante, será realizado até 6 dias úteis após a data do pedido (este prazo já inclui o dia de crédito em conta para operações com esta natureza).

5.3. Condições de transferência

Não aplicável

6. Suspensão da emissão e do resgate das unidades de participação

- a) A suspensão de Operações de Emissão e de Resgate rege-se pela lei e em especial pelas disposições seguintes:
- i. Esgotados os meios líquidos detidos pelo FUNDO e o recurso ao endividamento, nos termos legal e regulamentares estabelecidos, quando os pedidos de resgate de unidades de participação excederem num período não superior a cinco dias seguidos, em 10% do valor global do FUNDO, a entidade responsável pela gestão poderá mandar suspender as operações de resgate;
 - ii. Sempre que o interesse dos Participantes o recomende, mesmo que se não verifiquem as condições previstas na alínea anterior, a entidade responsável pela gestão poderá mandar suspender temporariamente as operações de resgate ou de subscrição;
 - iii. A suspensão dos resgates não determina a suspensão simultânea das subscrições, embora a subscrição só seja possível mediante declaração escrita do Participante de que tomou prévio conhecimento da suspensão do resgate;
 - iv. Sempre que seja decidida e autorizada a suspensão, a entidade responsável pela gestão procederá à divulgação no Sistema de Difusão de Informação da CMVM e promoverá a aplicação em todos os meios e locais em que haja comercialização de unidades de participação do FUNDO, em local bem visível, de um aviso destinado a informar o público sobre a situação de suspensão e, logo que possível, a sua duração;
- b) A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, por sua iniciativa ou por solicitação da entidade responsável pela gestão, pode, em circunstâncias excecionais suscetíveis de perturbarem o normal funcionamento das operações inerentes ao funcionamento do FUNDO ou de porem em risco os legítimos interesses dos investidores, determinar a suspensão da emissão ou do resgate das respetivas unidades de participação.

7. Admissão à negociação

Não está previsto a admissão à cotação das unidades de participação do FUNDO.

Capítulo IV

Direitos e Obrigações dos Participantes

- a) Sem prejuízo de outros direitos que lhes sejam conferidos pela lei ou por este Prospeto, os Participantes têm os seguintes direitos:
- i. Obter, com suficiente antecedência relativamente à subscrição, o documento sucinto com as informações fundamentais destinadas aos Investidores (IFI), qualquer que seja a modalidade de comercialização do FUNDO;
 - ii. Obter, num suporte duradouro ou através de um sítio na Internet, o prospeto e os relatórios e contas anual e semestral, gratuitamente, junto da entidade responsável pela gestão e das entidades comercializadoras, qualquer que seja a modalidade de comercialização do FUNDO, que serão facultados, gratuitamente, em papel aos participantes que o requeiram;
 - iii. Subscriver e resgatar as unidades de participação nos termos da lei e das condições dos documentos constitutivos do FUNDO;
 - iv. Proceder ao resgate das unidades de participação sem pagar a respetiva comissão até à entrada em vigor das condições, caso se verifique o aumento global das comissões de gestão e de depósito a suportar pelo FUNDO ou uma modificação significativa da política de investimentos ou da política de distribuição de rendimentos;
 - v. Receber o montante correspondente ao valor do resgate ou do produto de liquidação das unidades de participação;
 - vi. A serem ressarcidos pela entidade responsável pela gestão dos prejuízos sofridos, sem prejuízo do exercício do direito de indemnização que lhe seja reconhecido, nos termos gerais de direito, sempre que:
 - I. em consequência de erros imputáveis àquela ocorridos no processo de valorização e divulgação do valor da unidade de participação,
 - a diferença entre o valor que deveria ter sido apurado e o valor efetivamente utilizado nas subscrições e resgates seja igual ou superior, em termos acumulados, a 0,5%; e

- o prejuízo sofrido, por participante, seja superior a 5 euros;
 - II. ocorram erros na imputação das operações de subscrição e resgate ao património do FUNDO, designadamente pelo intempestivo processamento das mesmas.
- b) Sem prejuízo de outras obrigações que lhes sejam cometidas pela lei, os Participantes com o ato de subscrição e aceitação do prospeto mandatam a entidade responsável pela gestão para realizar os atos de administração do FUNDO, aceitando as condições expressas no presente Prospeto.

Capítulo V

Condições de Liquidação do FUNDO e de Suspensão da Emissão e Resgate de Unidades de Participação

1. Liquidação do FUNDO

- a) Os participantes não poderão exigir a liquidação ou partilha do FUNDO.
- b) Quando o interesse dos Participantes o recomendar, a entidade responsável pela gestão poderá proceder à liquidação e partilha do FUNDO, mediante comunicação à CMVM e individualmente a cada participante e divulgação em todos os locais e meios utilizados para a comercialização e no Sistema de Difusão de Informação da CMVM, contendo a indicação do prazo previsto para a conclusão do processo.
- c) A decisão de liquidação determina a imediata suspensão das subscrições e resgates do FUNDO.
- d) O prazo de liquidação será de 5 dias úteis, acrescido do prazo normal de resgate.

2. Suspensão da emissão e do resgate das unidades de participação

- a) A suspensão de Operações de Emissão e de Resgate rege-se pela lei e em especial pelas disposições seguintes:
 - i. Esgotados os meios líquidos detidos pelo FUNDO e o recurso ao endividamento, nos termos legal e regulamentares estabelecidos, quando os pedidos de resgate de unidades de participação excederem num período não superior a cinco dias seguidos, em 10% do valor global do FUNDO, a entidade responsável pela gestão poderá mandar suspender as operações de resgate;
 - ii. A suspensão do resgate pelo motivo previsto na subalínea anterior não determina a suspensão simultânea da subscrição, podendo esta apenas efetuar-se mediante declaração escrita do participante, ou noutra suporte de idêntica fiabilidade, de que tomou conhecimento prévio da suspensão do resgate.
 - iii. Obtido o acordo do depositário, a entidade responsável pela gestão pode ainda suspender as operações de subscrição, emissão ou de resgate de unidades de participação quando:
 - a) Ocorram situações excecionais suscetíveis de pôrem em risco os legítimos interesses dos investidores;
 - b) Desde que comunique justificadamente à CMVM a sua decisão. Caso discorde da decisão da entidade responsável pela gestão, a CMVM pode determinar, nos dois dias seguintes à receção da referida comunicação, o prazo aplicável à suspensão.
 - iv. Verificada a suspensão nos termos das subalíneas anteriores, a entidade responsável pela gestão divulga de imediato um aviso, no Sistema de Difusão de Informação da CMVM e em todos os locais e meios utilizados para a comercialização e divulgação do valor das unidades de participação, indicando os motivos da suspensão e a sua duração.
 - v. Sem prejuízo do disposto na alínea b) infra, a suspensão da subscrição ou do resgate não abrange os pedidos que tenham sido apresentados até ao fim do dia anterior ao da entrada na CMVM da comunicação a que se refere a subalínea iii.
- b) Em circunstâncias excecionais e sempre que o interesse dos participantes o aconselhe, a CMVM pode por sua iniciativa determinar a suspensão da emissão ou do resgate das unidades de participação, bem como determinar o respetivo levantamento, com efeitos imediatos, aplicando-se a todos os pedidos de emissão e de resgate que no momento da notificação da CMVM à entidade responsável pela gestão não tenham sido satisfeitos.

Parte II

Informação exigida nos termos do Anexo II, Esquema A, previsto no nº2 do artigo 158º do Regime Geral dos Fundos.

Capítulo I

Outras Informações sobre a Entidade Responsável pela Gestão e Outras Entidades

1. Outras informações sobre a entidade responsável pela gestão

a) Órgãos Sociais

- Mesa da Assembleia Geral -

Presidente

Iñigo Trincado Boville

Secretário

Paulo Jorge Antunes Marques

- Conselho de Administração -

Presidente

Iñigo Trincado Boville

Vice-presidente

Emanuel Guilherme Louro da Silva

Vogais

Rafael Bunzl Csonka

Javier de la Parte Rodriguez

Nuno Manuel Mendes Serafim

Rui Pedro Lopes Correia da Silva

Isabel Maria dos Santos Raposo

Mário Dúlio de Oliveira Negrão

- Fiscal Único -

Efetivo

KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A.

Suplente

Ana Cristina Soares Valente Dourado

- Principais funções exercidas pelos membros do Órgão de Administração fora da entidade responsável pela gestão -

Iñigo Trincado Boville

Corretage e Información Monetaria Y de Divisas, S.A. (CIMD, SA) – Presidente do Conselho de Administração

Corretage e Información Monetaria Y de Divisas, Sociedad de Valores S.A. (CIMD,SV, SA) – Administrador (não Executivo)

Intermoney Titulización, SA – Administrador (não executivo)

Intermoney, S.A. – Presidente do Conselho de Administração (não executivo)

Intermoney Valora Consulting, S.A. – Presidente do Conselho de Administração (não executivo)

Wind to Market, S.A. – Administrador (não executivo)

Emanuel Guilherme Louro da Silva

Intermoney Valores, Sociedade de Valores, SA – Sucursal em Portugal – Diretor Geral

Intermoney Valores, Sociedad de Valores, SA – Vice-Presidente do Conselho de Administração (não executivo)

IM Brasil, Consultores, SA – Presidente do Conselho de Administração (não executivo)

Rafael Bunzl Csonka

Corretage e Información Monetaria Y de Divisas, S.A. (CIMD, SA) – Administrador (não executivo)
Corretage e Información Monetaria Y de Divisas, Sociedad de Valores S.A. (CIMD,SV, SA) – Presidente do Conselho de Administração
CIMD (Dubai) Limited – Presidente do Conselho de Administração (não executivo)
Intermoney Gestión, SGIIC, S.A. – Administrador (não executivo)
Intermoney Titulización, SGFT, S.A. – Administrador (não executivo)
Intermoney, S.A. – Administrador (não executivo)
Wind to Market, S.A. – Administrador (não executivo)
IM Brasil Consultores, S.A. – Administrador (não executivo)

Javier de la Parte Rodriguez

Intermoney Valores, SV, S.A. – Presidente do Conselho de Administração
Intermoney Titulización, SGFT, S.A. – Administrador (não executivo)
Intermoney Valora Consulting, S.A. – Administrador (não executivo)
Wind to Market, S.A. – Presidente do Conselho de Administração (não executivo)
CIMD (Dubai) Limited – Administrador (não executivo)

Nuno Manuel Mendes Serafim

Não exerce outras funções

Rui Pedro Lopes Correia da Silva

BCP Capital – Vogal do Conselho de Administração (não executivo)

Isabel Maria dos Santos Raposo

Não exerce outras funções

Mário Dúlio de Oliveira Negrão

Não exerce outras funções

- b) Relações de Grupo com as outras entidades
Não existem relações de grupo com as restantes entidades que prestam serviço ao FUNDO.
- c) Outros fundos geridos pela entidade responsável pela gestão
Para além do FUNDO a que o presente documento constitutivo se refere, a entidade responsável pela gestão gere ainda os outros fundos constantes no Anexo a este Prospeto.
- d) Contatos para esclarecimento sobre quaisquer dúvidas relativas ao FUNDO
Telefone: +351 211 209 100
E-mail: imgainfo@grupocimd.com / imga_apoioclientes@grupocimd.com
Internet: www.imga.pt

2. Consultores de investimento

A F&C Management Limited, empresa de investimentos sediada em Londres, e sujeita à supervisão das autoridades competentes do Reino Unido, designadamente a FCA, executará a Política de Investimentos do FUNDO, sob o controlo e de acordo com as instruções da entidade responsável pela gestão, no âmbito de um contrato aprovado pela CMVM, estando autorizada pelas autoridades competentes a prestar os serviços objeto desse contrato. O contrato existente não prejudica a responsabilidade da entidade responsável pela gestão perante os detentores das unidades de participação.

3. Auditor do FUNDO

As contas do FUNDO são encerradas em 31 de dezembro de cada ano e são legalmente certificadas por KPMG & Associados, S.R.O.C.

4. Autoridade de Supervisão do FUNDO

O FUNDO encontra-se sob a supervisão da CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Capítulo II Divulgação de Informação

1. Valor da unidade de participação

A entidade responsável pela gestão procede à divulgação do valor diário das unidades de participação nas suas instalações, a quem o solicitar, e ainda junto dos balcões, dos sítios da Internet e da banca telefónica das entidades comercializadoras.

O valor da unidade de participação do FUNDO será também diariamente divulgado no Sistema de Difusão de Informação da CMVM (www.cmvm.pt).

Esta divulgação será sempre efetuada no dia útil seguinte ao do dia de referência para cálculo do valor da unidade de participação.

2. Consulta da carteira

Em harmonia com as normas emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a discriminação dos valores que integram o FUNDO, bem como o respetivo valor líquido global e o número de unidades de participação em circulação será publicado trimestralmente através do Sistema de Difusão de Informação da CMVM (www.cmvm.pt) pela entidade responsável pela gestão.

3. Documentação

Toda a documentação relativa ao FUNDO poderá ser solicitada junto das entidades comercializadoras.

Todos os anos a entidade responsável pela gestão publicará um aviso no Sistema de Difusão de Informação da CMVM (www.cmvm.pt), para anunciar que se encontram à disposição dos Participantes o Relatório Anual e Semestral do FUNDO e que os mesmos serão enviados sem encargos aos participantes que os requeiram.

4. Relatórios e contas do FUNDO

O FUNDO encerrará as suas contas no dia 31 de dezembro de cada ano, sendo no prazo de quatro meses seguintes a essa data publicado no Sistema de Difusão de informação da CMVM (www.cmvm.pt) um aviso informando que o conjunto de documentos integrantes do Relatório e contas do FUNDO se encontram à disposição do público em todos os locais de comercialização.

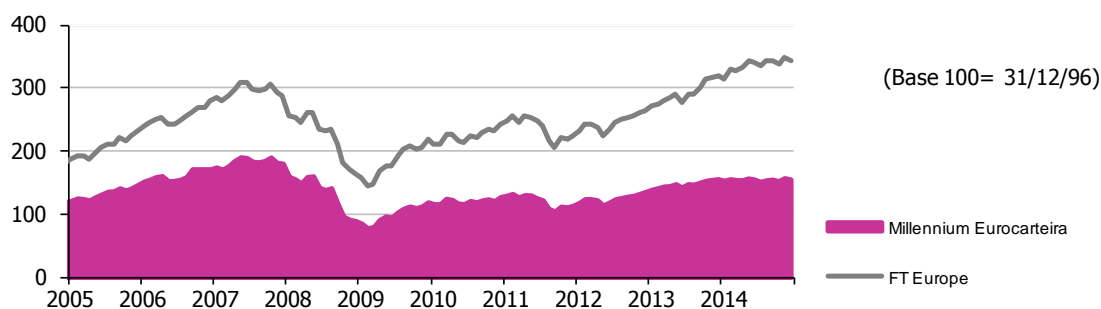
As contas semestrais serão encerradas a 30 de junho de cada ano, sendo no prazo de dois meses seguintes a essa data, publicado no Sistema de Difusão de informação da CMVM (www.cmvm.pt) um aviso informando que o conjunto de documentos integrantes do Relatório e contas do FUNDO se encontram à disposição do público em todos os locais de comercialização.

A contabilidade do FUNDO e os documentos de prestação de contas são elaborados de acordo com as normas internacionais de contabilidade geralmente aceites e aplicadas e pelos regulamentos aplicáveis da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Capítulo III

Evolução Histórica dos Resultados do FUNDO

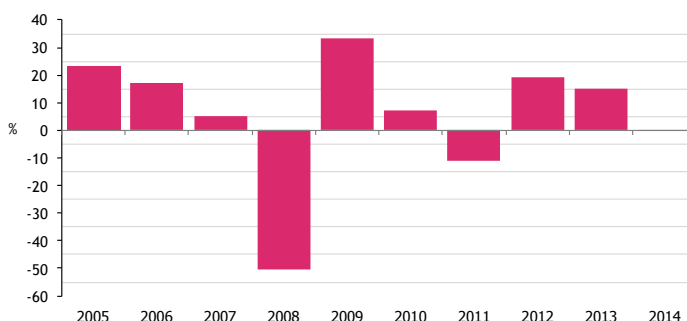
Evolução do valor da U. P. (Últimos 10 anos de atividade)



Rendibilidade e Risco Históricos (Últimos 10 anos de atividade)

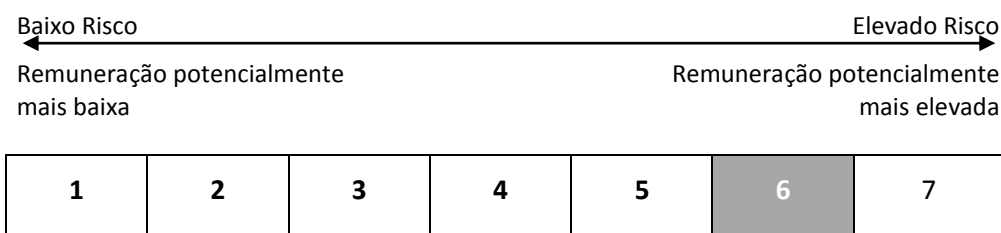
	Rendibilidade %	Risco (nível)
2005	23,05	4
2006	17,00	5
2007	5,08	5
2008	-50,33	7
2009	33,16	6
2010	7,05	6
2011	-10,86	6
2012	19,15	5
2013	14,98	5
2014	-0,34	5

Fonte: APFIPP



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Os valores divulgados não têm em conta comissões de subscrição ou de resgate eventualmente devidas.

Indicador Sintético de Risco e Remuneração



Os dados históricos utilizados para o cálculo podem não constituir uma indicação fiável do futuro perfil de risco do fundo.

A categoria de risco indicada não é garantida e pode variar ao longo do tempo. A categoria mais baixa não significa que o investimento esteja isento de risco.

A classificação do fundo reflete o facto de estar investido principalmente em ações, as quais estão sujeitas a variações de preço significativas nos mercados bolsistas.

Capítulo IV

Perfil do Investidor a que se dirige o FUNDO

O FUNDO adequa-se a Clientes com tolerância para suportar eventuais desvalorizações de capital no curto prazo, bem como a investidores com situação patrimonial estável, que pretendam captar as rendibilidades proporcionadas pelo mercado de ações da União Europeia, Suíça e Noruega. Adequa-se, igualmente, a investidores que pretendam constituir carteiras de investimento diversificadas, no âmbito europeu. O prazo de investimento recomendado terá como horizonte temporal mínimo 3 anos. A probabilidade de perda de capital decresce com o aumento do prazo de investimento.

Capítulo V Regime Fiscal

1. Tributação na esfera do FUNDO

1.1. Imposto sobre os rendimentos

i. Rendimentos obtidos em território português que não sejam qualificados como mais-valias:

Os rendimentos obtidos em território português que não sejam considerados mais-valias são tributados autonomamente:

- por retenção na fonte como se de pessoas singulares residentes em território português se tratasse. Por força desta regra, os juros das obrigações, dos depósitos bancários, os dividendos, os rendimentos de títulos de dívida e os ganhos decorrentes de operações cambiais a prazo são tributados por retenção à taxa de 28%;
- às taxas de retenção na fonte e sobre o montante a ela sujeito, como se de pessoas singulares residentes em território português se tratasse, quando tal retenção na fonte, sendo devida, não for efetuada pela entidade a quem compete;
- à taxa de 25% sobre o respetivo valor líquido obtido em cada ano, no caso de rendimentos não sujeitos a retenção na fonte.

ii. Rendimentos obtidos fora do território português que não sejam qualificados como mais-valias:

Os rendimentos obtidos fora do território português provenientes de títulos de dívida e de fundos de investimento e os lucros distribuídos são tributados autonomamente à taxa de 20%.

Outros rendimentos obtidos fora do território português são tributados autonomamente à taxa de 25% sobre o respetivo valor líquido em cada ano.

iii. Rendimentos obtidos em território português ou fora dele, qualificados como mais-valias:

O saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias é tributado autonomamente à taxa de 25%. O saldo positivo respeitante a alienações onerosas de partes sociais e outros valores mobiliários referentes a micro e pequenas empresas não cotadas no mercado regulamentado ou não regulamentado da bolsa é tributado em apenas 50% do seu valor.

2. Tributação na esfera dos participantes

2.1. Imposto Sobre os Rendimentos

2.1.1 Participantes residentes em território português

Os rendimentos respeitantes a unidades de participação obtidos por sujeitos passivos de IRS fora do âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola estão isentos de IRS, podendo, no entanto, ser englobados.

Os rendimentos respeitantes a unidades de participação obtidos por sujeitos passivos de IRC ou por sujeitos passivos de IRS no âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola não estão sujeitos a retenção na fonte, sendo considerados como proveitos ou ganhos para efeitos do apuramento do rendimento ou lucro tributável, sujeito a IRC à taxa de 21%. Pode ainda acrescer derrama municipal, que pode atingir 1,5% do lucro tributável, e derrama estadual, aplicável à taxa de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a € 1.500.000, 5% sobre a parte do lucro tributável entre € 7.500.000 e € 35.000.000 e 7% sobre a parte do lucro tributável superior a € 35.000.000. Os participantes que obrigatoriamente ou por opção englobem os rendimentos:

- beneficiam de um crédito de imposto (em IRS ou IRC) relativo ao imposto suportado pelo FUNDO (por retenção ou tributação autónoma);

- beneficiam de uma dedução (em IRS) de 50% dos lucros de sociedades residentes em Portugal ou noutro Estado membro da União Europeia que preencha as condições estabelecidas no artigo 2.º da Diretiva 2011/96/UE do Conselho, de 30 de novembro de 2011 auferidos pelo FUNDO.

As entidades isentas de IRC não obrigadas a apresentar declaração de rendimentos têm direito à restituição do imposto pago pelo ou retido ao FUNDO.

2.1.2 Participantes não residentes em território português

Os rendimentos respeitantes a unidades de participação estão isentos de IRS e de IRC.

2.2 Tributação da transmissão a título gratuito:

Não são sujeitas a Imposto do Selo as transmissões a título gratuito de unidades de participação em fundos de investimento mobiliário.

As pessoas coletivas residentes em Portugal para efeitos de IRC ou não residentes com estabelecimento estável situado em território português ao qual os rendimentos sejam imputáveis não estão sujeitas a Imposto do Selo nas aquisições das unidades de participação a título gratuito. No entanto, as variações patrimoniais positivas daí decorrentes concorrem para a formação do lucro tributável e estão sujeitas a IRC à taxa de 21%. Pode ainda acrescer derrama municipal, que pode atingir 1,5% do lucro tributável, e derrama estadual, aplicável à taxa de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a € 1.500.000, 5% sobre a parte do lucro tributável entre € 7.500.000 e € 35.000.000 e 7% sobre a parte do lucro tributável superior a € 35.000.000.

A aquisição de unidades de participação em fundos de investimento mobiliário a título gratuito por entidades não residentes está sujeita a IRC à taxa de 25%. Nos termos dos acordos de dupla tributação celebrados por Portugal, o Estado Português está geralmente limitado na sua competência para tributar estes rendimentos, mas esse tratamento fiscal convencional deve ser aferido casuisticamente.

Nota: A informação apresentada neste capítulo não contempla o regime fiscal decorrente do Decreto-lei nº7/2015 de 13 de janeiro que produzirá efeitos a partir de 1 de julho de 2015.

A descrição do regime fiscal na esfera do FUNDO e dos seus participantes acima efetuada, não dispensa a consulta da legislação em vigor sobre a matéria nem constitui garantia de que tal informação se mantenha inalterada.

Anexo

Fundos geridos pela entidade responsável pela gestão em 31 de março de 2015

Fundos Investimento Mobiliário:

Denominação	Tipo	Política de Investimento	VLGF em EUR (milhares)	Nº Participantes
Millennium Euro Taxa Variável	Fundos de Obrigações	Investe maioritariamente em títulos de dívida pública e obrigações do mercado europeu	166.857	16.635
Millennium Rendimento Mensal			26.877	2.161
Millennium Global Bond Selection		Investe em ativos de taxa fixa, preferencialmente em países da zona euro	4.403	479
Millennium High Yield Bond Selection		Investe maioritariamente em obrigações de empresas da U E, Suíça e Noruega	42.248	1.718
Millennium Poupança PPR	Fundos Poupança Reforma / Educação	Investe maioritariamente em obrigações e um máximo de 35% em ações.	60.093	6.577
Millennium Investimento PPR		Investe maioritariamente em obrigações e um máximo de 55% em ações.	11.815	2.426
Millennium Eurocarteira	Fundos de Ações	Investe maioritariamente em ações de empresas da UE, Noruega e Suíça.	48.070	4.696
Millennium Euro Financeiras		Investe maioritariamente em ações de empresas cuja actividade principal consiste na prestação de serviços financeiros cotadas na	28.991	3.956
Millennium Ações América		Investe em ações do mercado Norte Americano	9.726	1.474
Millennium Mercados Emergentes		Investe em ações de países vulgarmente designados por "emergentes" e "em vias de desenvolvimento"	4.303	646
Millennium Global Equities Selection		Investe preferencialmente em ações, podendo a sua proporção na carteira variar entre 0% e 100% da carteira.	15.759	1.412
Millennium Ações Portugal		Investe predominantemente em ações de empresas nacionais cotadas na Euronext Lisboa e de alguns países da U E	38.378	4.884
Millennium Extra Tesouraria II	Fundos de Investimento Alternativo	Investe maioritariamente em Instrumentos financeiros de curto prazo da zona Euro	28.823	1.046
Millennium Extra Tesouraria III			254.803	15.931
Millennium Liquidez	Outros Fundos de Investimento Mobiliário Aberto	Investe maioritariamente em Instrumentos financeiros de curto prazo da zona Euro	57.940	3.684
Millennium Prestige Conservador		Investe, direta ou indiretamente, no máximo 80% obrigações de taxa fixa e 33% em ações	632.558	26.759
Millennium Prestige Moderado		Investe, direta ou indiretamente, no máximo 70% obrigações de taxa fixa e 66% em ações	109.716	6.039
Millennium Prestige Valorização		Investe, direta ou indiretamente, no máximo 100% em ações e 60% em obrigações de taxa fixa	48.839	4.618
Total de Fundos – 18			1.590.198	-